

**Reunião Tripartite - 22. 08.06**  
**Local: APM – 14 horas**

Objetivo da Reunião: Discussão sobre Tipificação do Impacto Local

Este dia de reunião da Comissão Tripartite foi destinado somente para discussão sobre Tipificação do Impacto Local com explanação das propostas do Ministério do Meio Ambiente para o tema.

- Histórico da questão ambiental a partir da Constituição de 88 colocando os municípios em um patamar de igualdade, não existindo hierarquia (ex: Art. 23)
- Para discussão sobre a Tipificação sugeriu-se a utilização da Resolução 237 e não aguardar, necessariamente, a regulamentação do Art. 23;
- Para isso, é necessário que os municípios possuam estrutura mínima (a ser definido), definir a abrangência dos impactos e as demandas dos estados.
- Usou-se como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul que atualmente possui 110 municípios habilitados emitindo em torno de 12 mil licenças.

Questões imprescindíveis para um bom funcionamento do processo:

- Levar em consideração a concentração das atividades;
- Associar a capacidade instalada do município, por exemplo:
  - Controle Social: conselho, fundo,
  - Legislação específica,
  - Equipe técnica instalada para atender a demanda do município,
  - Instrumentos de gestão: plano diretor, LUOS, Plano de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, ZEE e se tais instrumentos forma incorporados no município,
  - Vontade Política

Problemas levantados:

- Como evitar a fragmentação do processo de licenciamento?
- Como a Comissão Tripartite poderá apresentar propostas sobre o tema?
- Falta de recursos para treinamento/capacitação dos técnicos municipais.

Propostas Apresentadas:

- Criar mecanismo que substitua a tutela de convênio.
- Como chegar à lista? Discussão de capacidade instalada que o município tem para atender,
- Organização de um Seminário, inicialmente, com técnicos de diversos setores públicos.